

Empresas Infraestrutura



RUY BARON/VALOR

Início das obras do complexo hidrelétrico, planeja para abrigar até seis usinas, prevê gerar 3,6 mil megawatts no rio Teles Pires, com investimentos de R\$ 20 bilhões; a Neoenergia é a principal acionista do consórcio concessionário

Energia Obras de projeto hidrelétrico no MT são alvo de denúncias socioambientais de promotores do MPF e MPE Ações judiciais tentam barrar Teles Pires

André Borges
De Brasília

A construção de uma sequência de hidrelétricas no rio Tele Pires, região Norte do Mato Grosso, começa a viver seu pesadelo socioambiental, uma etapa que parece ter se tornado obrigatória para as usinas projetadas na Amazônia. Juntos, o Ministério Público Federal (MPF) do Pará e o Ministério Público Estadual (MPE) do Mato Grosso deram início a uma batalha judicial contra a forma com que os projetos têm sido liberados e executados na região. Só na última semana, conforme apurou o **Valor**, foram ajuizadas três ações pedindo a paralisação da hidrelétrica de Teles Pires. Outros processos contra a usina já estão em andamento e serão apresentados nos próximos dias. Parte das ações também será direcionada às cinco hidrelétricas que estão em fase de estudos ou construção na região.

Principal empreendimento da região, a usina de Teles Pires teve as obras iniciadas em agosto. Na semana passada, o Ministério Público pediu a suspensão da obra porque, segundo os promotores, o Ibama fez o licenciamento da usina sem cumprir as normas da legislação estadual. O projeto da hidrelétrica, de acordo com o MP, deveria ter passado pela Assembleia Legislativa do Mato Grosso, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Conselho Estadual de Meio Ambiente. A Justiça não acatou o pedido de liminar apresentado pelo MPE e MPF, mas os representantes do Ministério Público avisaram que vão recorrer da decisão. “O processo de licenciamento foi atropelado pelo órgão ambiental federal e, com isso, não houve discussão com as autoridades locais”, disse o promotor do MPE, Marcelo Vacchiano.

Uma segunda ação apresentada à Justiça alega que o consórcio de Teles Pires não tem cumprido seus acordos para aplicação de R\$ 11 milhões em Paranaíta e Alta Floresta (MG), conforme acordo firmado com os dois municípios em julho. “Os municípios apresentaram a lista dos investimentos compensatórios necessários devido á obra, mas nada do que prometeram foi entregue”, disse.

Nova fronteira

Norte do Mato Grosso recebe um dos maiores projetos elétricos do país



Fonte: Empresa

As reclamações são endossadas pela prefeita de Alta Floresta, Maria Izaura. “Os problemas sociais do município estão crescendo. Nossa rodoviária passa por um movimento imenso de ônibus. Todas as escolas estão com pedido de reserva de matrícula e os hospitais estão mais cheios do que nunca”, disse Izaura. “Houve crescimento de violência e assaltos, coisa que dificilmente acontecia por aqui. Queremos a suspensão das obras enquanto as promessas não saírem do papel.”

Na sexta-feira, uma terceira ação contra Teles Pires foi ajuizada no município de Sinop. O MPE e o MPF cobram a execução de um projeto para controle de malária na região. “O consórcio tinha que construir um laboratório e contratar funcionários. Nada foi feito. Em Paranaíta, já há casos de malária que foram identificados no canteiro de obras de Teles Pires”, afirmou o promotor.

Todas as acusações foram negadas por José Piccoli Neto, diretor-presidente da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, sociedade que é liderada pela empresa Neoenergia. O processo de licenciamento da usina, segundo Piccoli, foi realizado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Ibama porque se trata de uma obra de responsabilidade federal, uma vez que corta dois Estados (Mato Grosso e Pará) e envolve questões de direitos indígenas. Sobre as contaminações de malária, Piccoli disse que foi registrado apenas um caso iso-

lado de um trabalhador que, ao retornar para o canteiro de obras após uma viagem a Porto Velho (RO), contraiu a doença. “Esse funcionário já foi isolado e a situação está sob controle”, disse.

Perguntado sobre a montagem do laboratório para tratamento da doença, o presidente do consórcio informou que o projeto só foi aprovado na semana passada pela Secretaria de Vigilância Sanitária, o que levou ao atraso. “Enquanto isso, instalamos todos os equipamentos na prefeitura”, comentou Piccoli.

O executivo também reagiu às acusações de que, até agora, nenhum centavo foi repassado para os municípios por conta das obras compensatórias previstas. “Nossa licença de instalação só saiu em agosto, não há como fazer as coisas do dia para a noite. Ligue para qualquer empresa e peça uma ambulância para você ver o que acontece. Não há entrega disponível em menos de 90 dias”, comentou. “Não existe nenhum atraso, estamos cumprindo rigorosamente o que assumimos.”

Os conflitos entre empreendedores, prefeitos e Ministério Público estão espalhados nas demais usinas projetadas ou em já construção no rio Teles Pires. Na semana passada, a Justiça Federal concedeu uma liminar que paralisa o processo de licenciamento ambiental realizado nas hidrelétricas de Magessi, Sinop e Colíder, esta última já em plena construção. Diferentemente do que ocorreu

■ Usina de Teles Pires
Potência instalada: 1.820 MW
Investimento: R\$ 3,6 bilhões
Consórcio controlador: Neoenergia (50,1%), Eletrosul (24,5%), FURNAS (24,5%) e Odebrecht (0,9%)
Valor da energia
R\$ 58,36
■ Usina Colíder
Potência instalada: 300 MW
Investimento: R\$ 1,57 bilhão
Consórcio controlador: Copel
Valor da energia
R\$ 103,40

na hidrelétrica de Teles Pires, onde o licenciamento foi liderado pelo Ibama, esses projetos foram objeto de estudos feitos pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente. A Justiça interpretou que, como se trata de empreendimentos que serão instalados ao longo do mesmo rio, criando um efeito de grandes lagoas em cascata, deveria ser realizado um estudo de impacto ambiental integrado.

Em novembro, o Ministério Público também conseguiu suspender as audiências públicas para leiloar a usina de São Manoel, no rio Teles Pires. Com a decisão da Justiça, o projeto foi excluído do leilão que acontece no próximo dia 20.

O projeto energético do governo prevê a instalação de até seis hidrelétricas na região, com capacidade de gerar 3,6 mil megawatts (MW). Esse conjunto de obras movimentará cerca de R\$ 20 bilhões e mais de 20 mil empregos diretos nos próximos anos. As duas usinas que já estão em construção são as de Teles Pires e Colíder.

Ontem, em mais uma etapa de negociação, o consórcio Teles Pires se reuniu com os prefeitos locais para assinar o contrato com uma auditoria externa, que irá monitorar o cumprimento de ações compensatórias. O acordo, de cerca de R\$ 1,5 milhão, foi assinado com a Universidade Federal de Goiás. “Foi um processo desgastante. Colocaram mil e um defeitos no projeto da universidade só para ganhar mais tempo”, disse Maria Izaura, prefeita de Alta Floresta.

Ministério dos Transportes

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, Autarquia Federal vinculada ao Ministério dos Transportes, com sede em Brasília-DF, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 3, Bloco “A” – Edifício Núcleo dos Transportes, realizará, em atendimento ao disposto no art. 39 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Audiência Pública, referente às Obras de Reabilitação (recuperação/ restauração e manutenção) – CREMA 1ª Etapa nas rodovias do estado da Bahia. A Audiência Pública será realizada às 09h00min do dia 28 de dezembro de 2011, no Auditório da Sup. Regional do Estado do Bahia, Av. Frederico Pontes nº 141 – Comércio – Salvador – Bahia – CEP: 40.460-000. Durante a Audiência os interessados terão acesso a todas as informações disponíveis.

Brasília, 12 de dezembro de 2011

TARCISIO GOMES DE FREITAS
Diretor Executivo

EMBRATER S.A.
CNPJ Nº 07.689.002/0001-89 - NIRE 35.300.325.761 Companhia Aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas da EMBRAER S.A. (a “Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 10 de janeiro de 2012, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2170, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Em relação ao Estatuto Social: a) alteração do “caput”, parágrafo 1º e parágrafo 2º, e inclusão do parágrafo 3º do Art. 34, para alterar a denominação do Comitê de Riscos para Comitê de Auditoria e Riscos, estabelecendo que este concentrará as atuais atividades do Comitê de Riscos e as atribuídas ao Comitê de Auditoria Estatutária, nos moldes da Instrução CVM 509, de 16 de novembro de 2011, bem como as descritas no atual parágrafo 4º do Art. 43 do Estatuto Social, com a consequente exclusão deste; e exclusão do parágrafo 3º do Art. 41 e renuneração dos subsequentes, com a alteração de redação do parágrafo 5º renumerado; b) adaptação do Estatuto Social às novas cláusulas mínimas do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, com a (i) inclusão do parágrafo 2º no Art. 1º, renomeando o atual parágrafo único para parágrafo 1º; (ii) alteração do inciso I do Art. 12; (iii) alteração do inciso VI do Art. 18; (iv) alteração do parágrafo 5º e inclusão do parágrafo 6º ao Art. 27; (v) alteração do inciso XXV e inclusão de novo inciso XXVI do Art. 33, com renuneração dos subsequentes, inclusive os referidos nos Artigos 11 e 13 da Instrução CVM n 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos websites da Companhia (www.embraer.com.br/n), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) na Rede Mundial de Computadores. **Instruções Gerais:** a) Nos termos do Estatuto Social da Companhia, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral Extraordinária a que se refere o presente Edital deverão ser depositados na sede da Companhia, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia Geral Extraordinária. As pessoas presentes na Assembleia Geral Extraordinária deverão provar sua qualidade de Acionista Brasileiro ou Acionista Estrangeiro mediante depósito na Companhia, também com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia Geral Extraordinária, do comprovante expedido pela instituição custodiante, ou exibição de documento hábil de identidade; b) Os acionistas que tenham suas ações depositadas na custódia fungível de ações, que desejem participar da Assembleia Geral Extraordinária, deverão apresentar extrato fornecido pela instituição custodiante confirmando suas respectivas posições acionárias, com a antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas da data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária; e c) Para fins de verificação do limite de votos que poderá ser exercido na Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deverão informar à Companhia com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia Geral Extraordinária se pertencem a Grupo de Acionistas, conforme tal termo é definido no Estatuto Social da Companhia. São José dos Campos, 9 de dezembro de 2011. **Maurício Novis Botelho** - Presidente do Conselho de Administração. **Errot:** Embrar S.A. informa que o item 1(a) e 1(b) do Edital de Convocação publicado em 9 de dezembro de 2011 sofreram alterações e devem ser lidos conforme consta no presente Edital. (12, 13, 14)

Ministério Público Federal

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS nº 002/2011
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS nº 003/2011
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2011

Curta

Preço do gás no Brasil

Carlos Fadigas, principal executivo da Braskem, braço petroquímico do grupo Odebrecht, disse estar otimista com a oferta de gás natural no Brasil, embora boa parte da indústria química reclame da falta de oferta da matéria-prima. Segundo Fadigas, não há problemas em relação a disponibilidade. No entanto, os preços no Brasil do gás natural não estão competitivos. Nos Estados Unidos, onde o produto é considerado competitivo, o preço gira em torno de US\$ 3 a US\$ 4 (por milhão de BTU - unidade térmica britânica), enquanto no Brasil o preço está em torno de US\$ 13.

Valor
GRANDES GRUPOS